

## A evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia

Maria Teresa Navarro de Britto Matos  
[teresanb.matos@gmail.com](mailto:teresanb.matos@gmail.com)

*Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

**Resumo:** Reflexão descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica, sobre a evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. Trata da epistemologia do conhecimento, buscando evidenciar a epistemologia em arquivologia. Destaca as abordagens cronológicas difundidas na literatura arquivística para dar suporte ao estudo da história dos arquivos e do conhecimento em arquivologia; e os períodos mais significativos na evolução do conceito de arquivo e do conhecimento arquivístico, no ocidente.

**Palavras-chave:** História dos arquivos; Arquivologia; Pesquisa - Arquivos

**Title:** The evolution of archives and knowledge in archival science

**Abstract:** Descriptive reflection, based on bibliographic research on the evolution of archives and knowledge in archives science. Treats about the epistemology of knowledge, seeking evidence in archival epistemology. It highlights the chronological approaches widespread in archival literature to give the necessary support for the study of the history of archives and archival knowledge, and the most significant periods in the evolution of the concept of archives and archival knowledge in the West.

**Keywords:** Archival history; Archival science; Research - Archives

### 1 INTRODUÇÃO

O estudo foi motivado, quando, na condição de professora e pesquisadora do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, compartilhamos do interesse em resgatar e compreender a evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. Posteriormente, a partir da experiência vivenciada na direção do Arquivo Público do Estado da Bahia, buscamos responder a certo número de questões, dentro de uma abordagem histórica: qual a definição de Arquivo Público? Quais os usos sociais e políticos de um Arquivo Público? Quais os rumos que conduzem a prática arquivística e a teoria do conhecimento em

arquivologia? Enfim, tentar traçar a evolução dos Arquivos Públicos e do conhecimento em arquivologia, através do tempo.

A reflexão desenvolvida possui um caráter descritivo. Aplicamos um procedimento qualitativo no levantamento, na seleção, na leitura e na interpretação de bibliografia especializada sobre a temática – história dos arquivos e do conhecimento em arquivologia.

Em um primeiro momento, procedemos a uma breve revisão bibliográfica sobre epistemologia, de forma a estabelecer a reflexão sobre a epistemologia da arquivologia, em geral. Em seguida, foram destacadas e consideradas abordagens cronológicas difundidas na literatura arquivística para fundamentar o estudo da história dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. Vale mencionar a base teórica utilizada para esta etapa: Agustin Vivas Moreno (2004); Armando Malheiro da Silva *et al.* (1999); e José Ramón Cruz Mundet (1994). Finalmente, destacamos os períodos mais significativos na evolução do conceito de arquivo e do conhecimento arquivístico, no ocidente, e emitimos algumas considerações finais.

## 2 POR UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA

Em sentido restrito, *epistemologia*, ou *teoria do conhecimento*, remete a uma longa tradição filosófica que aborda a questão da possibilidade do conhecimento como um problema “nascido de um pressuposto filosófico específico, no âmbito de determinada corrente - o idealismo. O problema cujo tratamento é tema específico do conhecimento é a realidade das coisas ou, em geral, do ‘mundo externo’ ” (ABBAGNANO, 1998, p. 183). Contudo, no âmbito das investigações propriamente filosóficas, o debate epistemológico se voltou nos séculos XIX e XX para a discussão sobre o conhecimento científico, sua forma e validade. A Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia (1990, vol.2 p. 116) destaca que o termo “epistemologia” seja utilizado para significar *teoria do conhecimento* é empregado, hoje, “preferencialmente, para designar o estudo crítico das ciências naturais e matemática”. Observa, também, que o objeto da epistemologia (ou da reflexão epistemológica) é a forma do conhecimento, não o seu conteúdo. Em aplicação mais generosa e ampla do conceito de epistemologia, Ferrater Mora (2001, tomo II, p. 852, grifo nosso), entende que:

Durante algum tempo, tendia-se a usar ‘gnosologia’ preferencialmente a ‘epistemologia’. Depois, e em vista de que o termo ‘gnosologia’ era empregado muito frequentemente por tendências filosóficas de orientação escolástica, tendeu-se a usá-lo no sentido geral da teoria do conhecimento, sem definir de que tipo de conhecimento se tratava, e a introduzir ‘epistemologia’ para teoria do conhecimento científico, ou para elucidar problemas relativos ao conhecimento cujos principais exemplos eram

extraídos das ciências. **Progressivamente, e em parte por influência da literatura filosófica anglo-saxã, utilizou-se ‘epistemologia’ em praticamente em todos os casos.**

O século XX foi, particularmente, fecundo em reflexões, discussões e avanços em epistemologia. Algumas formulações decisivas para o pensamento contemporâneo e o desenvolvimento das ciências estão fundadas nos debates epistemológicos registrados no século anteriormente citado. O debate sobre as bases do conhecimento é retomado com renovado vigor, por muitos filósofos, insistindo na base factual do conhecimento científico como pura materialidade. Enquanto outros afirmavam que fatos e dados não passam de representações arbitrárias de cientistas e pensadores. Encontramos aqui, em meados do século XX, as formulações de Karl Popper, afirmando a importância de se considerar a possibilidade de refutação de uma hipótese como critério de qualidade científica de uma futura tese; da dinâmica e organização social do saber científico em uma articulação designada por Thomas Kuhn como paradigma e negação radical do método em ciência, protagonizada por Paul Feyerabend, para lembrar apenas alguns dos autores e debates marcantes. O importante é que o legado epistemológico do século XX resultou em uma profunda reflexão de todas as áreas do conhecimento sobre a legitimidade de sua racionalidade, conhecimentos, métodos e, mesmo, verdades.

Numa apreciação sumária das várias epistemologias contemporâneas, é legítimo afirmar que, de um modo geral, elas convergem em alguns pontos: a) reconhecimento mais amplo e aprofundado da iniciativa do sujeito na construção da ciência; b) discernimento mais cuidadoso das diferentes naturezas dos vários elementos de qualquer sistematização científica (metódicos, simbólicos, sistemáticos, ontológicos, etc.); c) mais clara consciência da peculiaridade do conhecimento científico em relação ao conhecimento filosófico; d) maior exigência crítica e esforço mais lúcido para uma ciência inteiramente ‘científica’ (Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, volume 2, p. 122-123).

Compreender como o conhecimento de uma área do saber se estrutura, se organiza e se transforma é condição crucial para o seu aperfeiçoamento. A evolução do pensamento arquivístico deixa de ser aleatório e casuístico exatamente porque passou a ser objeto de sua própria reflexão e autocrítica, resultado de debates e discussões epistemológicas.

A instituição arquivística e suas formas de se organizar são decisivas para a produção do conhecimento em arquivologia e, mesmo, sua renovação e transformação. Fonseca identifica nas instituições arquivísticas a emergência de novos espaços de produção do

conhecimento e de uma nova pauta de reflexões sobre a redefinição dos objetos prioritários da arquivologia no Brasil, isto por que:

(...) historicamente, a produção do conhecimento arquivístico tem-se estabelecido em relação privilegiada com as instituições arquivísticas e com a sua missão institucional de gerenciar grandes massas documentais oriundas da administração pública (FONSECA, 2005, p. 12).

As instituições arquivísticas são, de fato, o *locus* prioritário para reflexão sobre a construção do conhecimento em arquivologia, contribuindo, portanto, para os avanços epistemológicos da área. As diferentes formas como se organiza e dispõe a tríplice dimensão do objeto da arquivologia (arquivos – documentos de arquivo – informação) são essenciais para que novas formas de conhecer se elaborem e se revelem aptas para compor estratégias inéditas na produção do conhecimento arquivístico (HEREDIA HERRERA, 1991, p.32).

Duranti (1993, p.9, tradução nossa) afirma que:

[...] os primeiros elementos da doutrina arquivística (*archival doctrine*) podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabillon sobre diplomática, publicado em 1681.

Contudo, o marco inaugural daquilo que se poderia caracterizar como um conhecimento orgânico estruturado em arquivologia é a publicação, em 1898, do “Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses”, que segundo Fonseca é assim reconhecido por diversos autores (Lodolini, 1990; Heredia Herrera, 1993; Silva *et al.*, 1999; Thomassen, 1999 e Schellenberg, 2002). O Manual considera elementos essenciais para a configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas históricas e geográficas de seu estabelecimento. Porém, não há menção, da intenção de codificação de um campo de conhecimento. Na realidade, as 100 normas que compõem o Manual decorrem da primeira, dedicada a definir o que é um “arquivo” (FONSECA, 2008, p. 6-8).

Thomassen observa que a arquivologia enquanto área de conhecimento, ou ciência, não era um tema prioritário entre os autores desta época, denominada por ele de “arquivologia clássica” (FONSECA, 2008, p. 9).

A inserção da arquivologia na *episteme* da Modernidade, especialmente na chamada “esfera política”, intensifica a relação entre a crescente necessidade de racionalidade na gestão do Estado e a construção de um “saber arquivístico” (FONSECA, 2008, p.8). Inclusive, Jardim destaca o Estado como campo informacional e as especificidades dos arquivos, tanto como conjuntos documentais produzidos pelo aparelho burocrático, quanto como instituições

inseridas neste mesmo aparelho. A dicotomia que se apresenta entre prática (“esfera política”) e teoria (“saber arquivístico”) marca, profundamente, a constituição de um “saber arquivístico” construído ao longo do século XX. Esclarece, ainda, a decorrente importância das instituições arquivísticas e a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, uma dada certeza de que se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia (JARDIM, 1998 *apud* FONSECA, 2008, p. 8).

Nesta perspectiva, Villaverde (2006, p. 33, tradução nossa) afirma que:

[...] a teoria necessita da prática para ser real e a prática necessita da teoria para continuar sendo inovadora. A prática, portanto, consistiria no questionamento sistemático da teoria, e, por sua vez, no questionamento sistemático da prática estaria a essência da teoria.

Villaverde (2006, p. 34, tradução nossa) enfatiza, ainda:

A questão que se apresenta de forma imediata é: desde quando podemos afirmar que este panorama corresponde na realidade ao contexto da arquivologia? O que é o mesmo que: em que momento os arquivos começam a desenvolver esta investigação em sua atividade diária e, conseqüentemente, se convertem no entorno natural da produção do conhecimento científico?

A literatura evidencia que não há um consenso em torno do momento exato em que se possa fixar este ponto de partida. Alguns autores identificam a gênese da arquivologia como disciplina na Baixa Idade Média, uma época que se caracterizou pelo renascimento das cidades (burgos) e pela expansão do comércio (VILLAVARDE, 2006, p. 34). Não obstante, a maioria dos autores situam as origens da arquivologia entre os séculos XVI e XVII. Sem dúvidas, existe o reconhecimento da origem longínqua da arquivologia, que segundo Silva *et al.* (1999, p.45) data:

[...] desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana. Poder-se-á definir como um fenómeno espontâneo. E não por acaso que o nosso conhecimento sobre a existência de arquivos remonta, precisamente, às antigas civilizações do Médio Oriente, em locais referenciados como berço da escrita.

Mas, só podemos considerá-la, com a devida propriedade, uma disciplina científica, no século XIX, a partir das circunstâncias políticas e sociais derivadas da Revolução Francesa. A noção de “Estado Nação” e o positivismo histórico terminam por perfilar no mesmo período a essência da nova disciplina que surgirá como um “saber de Estado”. A partir deste momento, a

arquivologia tenderá a percorrer uma longa trajetória até o último decênio do século XX, para que possa se desenvolver como disciplina autônoma (VILLAVARDE, 2006, p. 33-34).

### 3 ABORDAGENS CRONOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 55) apontam diversos autores, a exemplo de Gagnon-Arguin (1990); Gracy (1994); Muñoz (1994); Pederson (1994) e Craig (1996) que propõem um amplo espectro de campos de pesquisa na área de arquivologia. Entre os campos estabelecidos destacamos aquele consagrado à “história dos arquivos e da arquivologia” (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 57-58). Este campo reúne pesquisas relativas à história das instituições arquivísticas e do desenvolvimento dos princípios e fundamentos da arquivologia. Neste sentido, Marques (2011, p. 28) sublinha que o estudo dos arquivos antigos, como instituições, torna-se indispensável para o entendimento da expansão do próprio pensamento arquivístico.

A literatura arquivística sublinha diversas abordagens cronológicas para balizar o estudo da história dos arquivos e/ou instituições arquivísticas<sup>1</sup>. Contudo, é possível observar o incremento de produção acadêmico-científica sobre a temática na década de 1990 do século XX, registrando o interesse pelo conhecimento das origens e circunstâncias que determinaram a evolução dos arquivos (VIVAS MORENO, 2004, p.77). No entanto, sabe-se que poucos estudos, até o momento, tem se dedicado a resgatar a história dos arquivos e as suas características mais notórias, que determinam o uso e a representação social dos mesmos, capazes de evidenciar a experiência das instituições arquivísticas.

Nesta perspectiva, Vivas Moreno (2004, p.80) aponta uma série de descrições de períodos históricos que caracterizam fases da evolução dos arquivos e da arquivologia. Segundo este autor, a periodização recorrente e comum foi proposta por Robert-Henri Bautier, descrita a seguir: Idade Antiga<sup>2</sup>; Idade Média<sup>3</sup>; Idade Moderna<sup>4</sup> e Idade Contemporânea<sup>5</sup>. A primeira noção de arquivo parte de uma concepção eminentemente patrimonial e

<sup>1</sup> Registra-se que a história dos arquivos e das instituições arquivísticas é usualmente tratada, de forma geral, nos manuais da área. Porém, Rastas (1992) lembra que existe uma recomendação do *3rd International Symposium on Archival Training* sobre a necessidade e o interesse para que os professores e pesquisadores enfatizassem o estudo da História dos Arquivos, no âmbito nacional e internacional.

<sup>2</sup> Este período é conhecido como a época dos arquivos de Palácios.

<sup>3</sup> Neste período, os arquivos são considerados tesouros documentais. Vale sublinhar o papel desempenhado pela Igreja na guarda de documentos em Catedrais e Mosteiros.

<sup>4</sup> Segundo Jean Favier (1991), a noção de propriedade dos arquivos é substituída pela de Arquivos Públicos depositários dos documentos do Estado. Consequentemente, esta época passa a ser conhecida como a dos Arquivos de Estado (REIS, 2006, p. 5).

<sup>5</sup> Os arquivos são considerados como laboratórios da história (CRUZ MUNDET, 1994, p.26).

administrativa. Mais tarde, durante o século XVI e XVII surgem os arquivos de Estado, motivando o surgimento dos princípios técnicos arquivísticos. Neste período, os arquivos são concebidos como parte inerente às formas de poder instituídas. Por fim, os arquivos deixam de ser considerados como um arsenal jurídico-político vinculado a uma estrutura de poder e passam a ser percebidos enquanto laboratórios de investigações históricas. Ressalta-se que os arquivos acumularam estas competências ao longo da sua história, ou seja, atualmente as diferentes noções encontram-se articuladas na presente concepção de arquivo.

Outra periodização significativa foi proposta por Mendo Carmona, Cruz Mundet e Romero Tallafigo. Na concepção destes autores, pode-se identificar 4 fases: Arquivística Empírica; Arquivística como Doutrina Jurídica; Arquivística como Disciplina Historiográfica e Arquivística Atual. De forma independente dos demais, José Ramón Cruz Mundet (1994, p.26-54) reconhece como necessário acrescentar mais 2 períodos: Pré-Arquivístico (Antiguidade; Idade Média e Antigo Regime) e o Período de Desenvolvimento Arquivístico.

Soma-se, ainda, a cronologia difundida no minucioso resgate histórico elaborado pelos arquivistas portugueses Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (SILVA *et al.*, 1999). Identificam 4 práticas: Civilizações Pré-Clássicas; Grega e Romana; Medieval e Moderna; Contemporânea e a arquivística como disciplina.

25

Conforme registrado, anteriormente, por Silva *et al.* (1999, p.45), a história dos arquivos inicia-se no Oriente, no entanto, é nos países ocidentais que evoluem os usos administrativos que estão na origem dos nossos comportamentos e conceitos contemporâneos (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 30).

#### 4 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ARQUIVO E DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

O conceito central na área de arquivologia é o de “arquivo”, o que justifica uma definição mais aprofundada. Importante observar que os dicionários de terminologia arquivística identificam diferentes sentidos para o entendimento do termo “arquivo”.

No âmbito deste texto, o significado do termo “arquivo” deve ser compreendido como: a “instituição (...) que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27). Vale observar que, além do referido termo, os dicionários de terminologia arquivística destacam como sinônimo “Arquivo Público”. Este, entendido como “entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.35). Ambos os termos tendem a destacar especialmente os arquivos permanentes.

Atualmente, a utilização da expressão “instituição arquivística” tem sido recorrente em trabalhos acadêmico-científicos. Trata-se de um modelo contemporâneo de “Arquivo Público”, cuja missão abrange, inclusive, a gestão dos documentos correntes e intermediários. Neste sentido, Jardim (2011, p.1583) define “instituições arquivísticas públicas como aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental (ex.: Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais e os Arquivos Municipais)”. Contudo, verificamos, ainda, a ausência da citada expressão nos dicionários de terminologia da área de Arquivologia. Contudo, vale sublinhar que segundo FONSECA (2005, p.39):

(...) as instituições arquivísticas, como hoje as concebemos, remontam à criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como Arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado (...).

De acordo com a literatura da área, e considerando as especificidades de cada país, a concepção pioneira francesa repercutiu amplamente na Europa e nas Américas, estabelecendo um modelo institucional, até meados do século XX (FONSECA, 2005, p. 40).

26

A formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história dos Estados Nacionais. A partir desta concepção, se estabelece a instituição arquivística como órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública. Nesta perspectiva, consolida-se uma visão positivista da história (FONSECA, 2005, p. 40). Os arquivos se colocam à disposição dos estudos históricos, configurando-se como os “novos laboratórios da história” (FAVIER, 1991, p.37 *apud* MARQUES, 2011, p. 40).

A Segunda Guerra Mundial acentuou a movimentação do volume de documentos, em razão de ordem política, ideológica, militar, e mesmo, de Estado (SILVA et al., 1999, p. 131). Nos primeiros anos do pós II Guerra, o campo arquivístico é redefinido, transformando o perfil das instituições arquivísticas (JARDIM; FONSECA, 1998). Os arquivos passam a integrar o quadro dos “saberes” de Estado. Esta abordagem se constituirá em um referencial para o reconhecimento das fronteiras da disciplina e de suas possibilidades interdisciplinares (FONSECA, 2005, p.48).

Fonseca (2008, p. 9) sublinha que duas visões emergem, na atualidade (final do século XX e século XXI), como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento em arquivologia: aquela que identifica o momento atual como de uma mudança de paradigma, e a outra que reconhece como o momento de inserção em uma nova *episteme* - a da pós-



modernidade. Ambas não se apresentam como excludentes. Propõem mudanças importantes na estrutura da disciplina. Inclusive, destacando o deslocamento de seu objeto de estudo - o arquivo para a informação arquivística. Aqui, o termo “arquivo” é compreendido no sentido de “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, em um primeiro momento, destacamos sucintamente os elementos essenciais ao reconhecimento epistemológico de uma área do conhecimento. Foi possível demonstrar a existência de uma epistemologia em arquivologia. O que possibilitou compreender a importância e o papel da instituição arquivística e suas formas de se organizar, reconhecidas como decisivas para a produção do conhecimento em arquivologia e, mesmo, sua renovação e transformação.

Em um segundo momento, apresentamos abordagens cronológicas para o estudo da história dos arquivos e do conhecimento em arquivologia, destacando a visão de alguns autores. Por outro lado, buscamos resgatar a evolução do conceito de arquivo e do conhecimento em arquivologia.

O estudo direcionado ao conhecimento em arquivologia torna-se um imperativo para consolidar a autonomia da arquivologia na *episteme* da pós-modernidade.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez: Madrid, 1994.

DURANTI, Luciana. The archival body of knowledge: archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. **Journal of education for library and information science**, v. 34, n. 1, p. 8-34, winter, 1993.

ENCICLOPEDIA LUSO-BRASILEIRA DE FILOSOFIA. Volume 2. Lisboa: Verbo, 1990.

FAVIER, Jean. **Les Archives**. 5ª édition corrigé. Paris: Les Presses Universitaires, 1991. (*Que sais-je?*, n°805.)

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. Tomo II (E-J). São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FONSECA, Maria Odila Kahl. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 05-20, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. Considerações históricas. In: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Revisão científica Pedro Penteadó. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**. Teoría y práctica. 5ª edición actualizada y aumentada. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

JARDIM, José Maria. A Construção de uma Política Nacional de Arquivos: os Arquivos Estaduais Brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: **Anais XII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, Distrito Federal, de 23 a 26 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: **Formas e expressões do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998.

28

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. Brasília: FCI/UnB, 2011. (Tese de Doutorado). Orientadora: Profª. Drª. Georgete Medleg Rodrigues.

RASTAS, Pirkko. **Manual and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study**. Paris: Unesco, 1992 (PGI-92/WS/11).

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, año/vol. 7, n. 24, abr./jun. 2006.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

VILLAVERDE, Maria Luisa Conde. La investigación em los archivos. Evolución de su contexto y contenido. **Ciencia pensamiento y cultura**, v.CLXXXII, n. 717, enero/febrero 2006, p. 33-37.

VIVAS MORENO, Agustin. El tempo de la archivística: um estúdio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.

**Submetido em: 12/2012**

**Aceito para publicação em: 01/2013**